



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 2 de dezembro de 2011

JORNAL DO COMMERCIO Empresário diz que a China está engolindo espaço da Zona Franca CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO EDITORIAL OPINIÃO	2
JORNAL DO COMMERCIO FRENTE & PERFIL OPINIÃO	3
JORNAL DO COMMERCIO Incentivo ECONOMIA	4
JORNAL DO COMMERCIO Duas Rodas ECONOMIA	5
JORNAL DO COMMERCIO PIM ECONOMIA	6
JORNAL DO COMMERCIO Crise internacional ECONOMIA	7
JORNAL DO COMMERCIO Cookson ECONOMIA	8
JORNAL DO COMMERCIO Caged ECONOMIA	9
A CRITICA AUMENTO DE CONSUMO ECONOMIA	10
A CRITICA Estímulo ao crédito com efeito reduzido no AM TEMA DO DIA	11
A CRITICA Estímulo ao crédito com efeito reduzido no AM (continuação) TEMA DO DIA	12
A CRITICA HORA DE TIRAR A MÁSCARA OPINIÃO	13
A CRITICA Omar faz cobranças a Dilma critica secretários 'ausentes' POLITICA	14
A CRITICA MEDIDAS ADMINISTRATIVAS ECONOMIA	15
A CRITICA TERMINAL ECONOMIA	16
A CRITICA NA ZFM ECONOMIA	17
AMAZONAS EM TEMPO BIOTECNOLOGIA CAPA	18
AMAZONAS EM TEMPO Contexto OPINIÃO	19

AMAZONAS EM TEMPO	
Arena da Amazônia recebe fiscalização do governador.....	20
DIA-DIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
BIOTECNOLOGIA.....	21
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Financiamento de móveis e eletros em até 24 vezes	22
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
ELETRÔNICOS.....	23
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Aziz cobra nomeação de Thomaz para a Suframa	24
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Governo reduz IPI de eletrodomésticos para estimular o consumo	25
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Estado planeja mecanismo que obrigue aporte em P&D no PIM.....	26
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Dilma Rousseff decide manter ministro do Trabalho, Carlos Lupi, no cargo	27
ECONOMIA	
MASKATE	
CAPA	28
MASKATE	
Invasão chinesa com PEC da Música.....	29
MASKATE	
Invasão chinesa com PEC da Música (continuação)	30
MASKATE	
Polo de Duas Rodas	31
ECONOMIA	

Empresário diz que a China está engolindo espaço da Zona Franca

O presidente da Panasonic, Yukio Ashibe, cobrou, durante a última reunião de 2011 da Câmara da Indústria da Fieam, maior influência política estadual em Brasília para defender a Zona Franca de Manaus, afirmando que a

China está engolindo os espaços das indústrias locais. Já o vice-presidente da entidade, Nelson Azevedo, enfatizou a importância de buscar novas alternativas para assegurar empregos e renda.

Página A

EDITORIAL

Os BRICs e a fraqueza do Brasil e da Zona Franca de Manaus

Parceiro mais fraco nos BRICs –militarmente, politicamente, economicamente e tecnologicamente–, o Brasil enfrenta a voracidade dos colegas de clube ainda sem ter uma estratégia definida para sair-se bem na disputa. Dentre eles, a China está invadindo e praticamente dominando

o mercado eletroeletrônico brasileiro. O que tem reflexos diretos e prejudiciais à Zona Franca de Manaus, único modelo econômico nacional que bate de frente com as pretensões chinesas, sem entretanto dispor de estratégias ou mecanismos para enfrentar o poderio do gigante asiático. E nesses casos a vitória sempre pende para o lado mais forte.

Isto já está claro para empresários, economistas, alguns políticos e estudiosos da Zona Franca. Porém o que causa espécie é o quase imobilismo com que as forças locais esperam o desfecho. Hoje, o futuro das empresas de eletroeletrônico

e de informática do PIM é incerto, a despeito da prorrogação de mais 50 anos em andamento.

Isto os empresários do PIM debatem abertamente, como ocorreu no último dia 30/11, durante a reunião anual da Câmara da Indústria da Fieam. Eles reivindicam maior influência política estadual em Brasília para resguardar os benefícios fiscais e falam da importância de buscar novas alternativas econômicas e industriais.

Ambas as metas passam por ações estratégicas e políticas de governo abrangentes e consistentes, o que ainda não se vê nas administrações públicas do Amazonas.

FRENTE & PERFIL

ENGOLINDO

Do presidente da Panasonic, Yukio Ashibe, na Fieam: “A China está nos engolindo e é preciso que o governo, deputados e senadores sejam mais influentes para não deixar que os chineses tomem o espaço das indústrias do PIM, pois se assim ocorrer vamos perder vantagens de produzir eletroeletrônico no Amazonas”.

Incentivo

Fabricantes de eletrônicos querem medidas de crédito para o varejo

O presidente da Eletros (Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos), Lourival Kiçula, disse que o governo precisa pensar em crédito para o varejo. Kiçula está no Ministério da Fazenda, em Brasília, onde serão anunciadas medidas de incentivo ao consumo pelos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Desenvolvimento,

Indústria e Comércio, Fernando Pimentel.

“Nós fomos convidados para vir aqui com a expectativa de que haja alguma medida interessante. O ministro andou pesquisando, vendo o mercado e os produtos. Pode ser uma porção de coisas. A nossa expectativa é que seja alguma coisa que movimente mais o mercado e diminua o cus-

to”, disse Kiçula ao chegar ao evento.

Ele também informou que tem observado uma diminuição das vendas da indústria para o varejo. “O ministro não acenou com nada até agora, mas acho que realmente pensar em crédito para o varejo é formidável porque faz com que a bola gire mais rapidamente”, destacou.

Duas Rodas

Novas motos Honda serão produzidas no PIM

Apresentado no Salão de Tóquio, modelo NC700X será montado em Manaus para oferecer melhor preço no mercado nacional

A Honda confirmou ontem, no Salão de Tóquio, que lançará no Brasil as novas motocicletas NC700X e CRF 250L. A marca japonesa expõe na feira, juntamente com os carros, suas principais novidades em duas rodas neste ano. Os dois modelos começarão a ser vendidos no Japão, e depois mundialmente, nos próximos meses. A data da chegada ao Brasil não foi confirmada. Segundo o engenheiro Masanori Aoki, que desenvolveu o modelo, ele será montado na fábrica da Honda em Manaus, o que deve ajudar no preço. A NC700X é uma motocicleta de uso misto de média cilindrada, com capacidade de rodar na terra e no asfalto.

A NC700X tem duas versões: uma com câmbio manual de seis marchas e outra com o câmbio de

dupla embreagem, que proporciona transmissão automática para a moto, onde existem os modos Sport e Drive. Também é possível escolher a opção semi-automática, na qual as trocas são feitas com a mão no punho esquerdo. Este é o mesmo sistema empregado na VFR 1200F já vendida no Brasil.

O modelo tem outros dois "irmãos": a NC700S e o scooter Integra. "Fiz três motos com base em uma só. Isso reduz custos", explica o engenheiro, destacando que a valorização da moeda japonesa frente ao dólar tem dificultado a produção de modelos para exportação. "Foram os brasileiros em Manaus que escolheram esse modelo entre os três da linha NC".

O motor da NC700X é um bicilíndrico de 670 cm³ e refrigeração líquida, com 4 válvulas por cilindro,

rende 47,6 cv de potência máxima a 6.250 e torque de 6,11 mkgf a 4.750 rpm. De acordo com a marca, a motocicleta faz consumo de 27,9 km/l e pode alcançar autonomia de 400 km. A moto tem rodas de liga-leve de 17", tanto na dianteira como na traseira, e seu peso em ordem de marcha de 215 kg. Ela também possui o sistema de freios C-ABS.

No Brasil, o modelo à venda com características mais similares a NC700X é a Kawasaki Versys. A versão naked, sem carenagem da motocicleta e com suspensões mais curtas, a NC700S, não foi confirmada pela marca.

Todos os gostos

Outro engenheiro da marca japonesa, Hikaru Tsukamoto confirmou a vinda da nova CRF 250L,



Foto: Divulgação

A NC700X é uma motocicleta de uso misto de média cilindrada, com capacidade de rodar tanto na terra quanto no asfalto

uma trail com aptidões mistas de asfalto e terra, que utiliza como base o mesmo motor da CBR 250R, um monocilíndrico de 249,6 cm³ e refrigeração líquida.

Na CBR 250, o motor rende 26 cv de potência máxima a 8.500 rpm, mas, seu comportamento será revisto para equipar a CRF. A proposta da CRF 250L é muito similar ao da extinta XR 250 Tornado, que saiu de linha com o lançamento da XRE 300, em 2009.

Também está exposta no salão a elétrica RC-E. Por enquanto, é apenas um conceito, explica Tsukamoto. Poucos detalhes técnicos foram divulgados, entre eles as dimensões: ela tem 2,01 m de comprimento, 0,62m de largura e 1,12 m de altura. Atualmente, o único modelo elétrico da marca japonesa é o scooter EV-neo.

PIM

Empresários cobram ação maior contra os chineses

Representantes da indústria querem mais força no Congresso para evitar perdas das vantagens comparativas da ZFM em Brasília

Representantes dos empresários que atuam no PIM (Polo Industrial de Manaus) cobram uma maior atuação da bancada amazonense no Congresso Nacional para fazer frente aos cada vez mais constantes e recentes ataques contra os benefícios fiscais oferecidos pela Zona Franca de Manaus. A cobrança foi feita na última reunião de 2011 da Câmara da Indústria, realizada na sede da Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), na última quarta-feira.

O presidente da Panasonic, Yukio Ashibe, disse estar receoso com o futuro das empresas de produtos eletroeletrônicos no Estado, principalmente por estarem perdendo a capacidade competitiva de produção de alguns componentes e produtos inteiros que, em partes, são considerados bens de informática.

"A China está nos engolindo e é preciso que o governo, deputados e senadores sejam mais influentes para

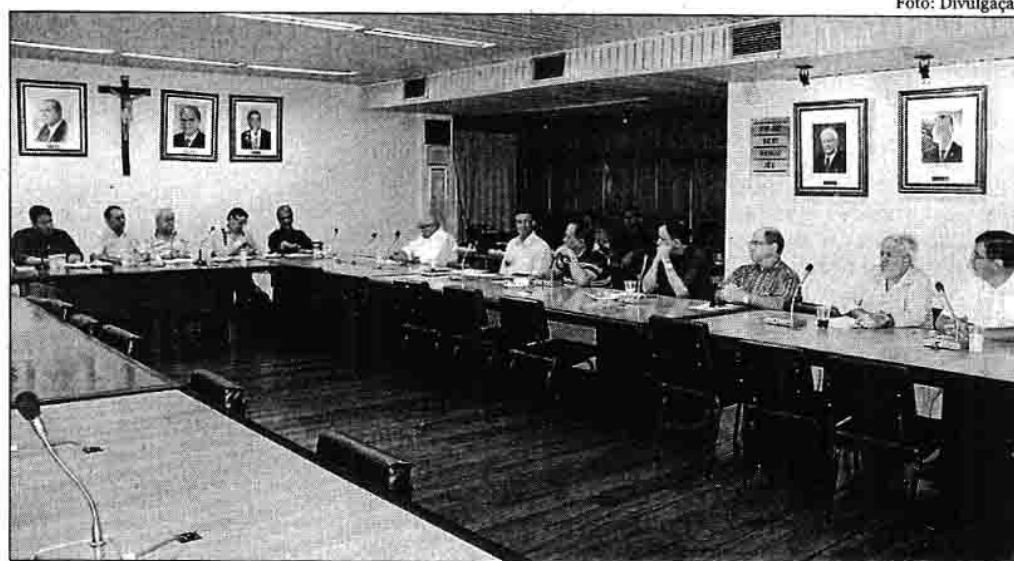


Foto: Divulgação

Representantes do polo amazonense se reuniram, na quarta-feira, na Câmara da Indústria, na sede da Fieam

não deixar que os chineses tomem o espaço das indústrias do PIM, pois se assim ocorreu vamos perder vantagens de produzir eletroeletrônico no Amazonas", diz Ashibe.

Ashibe deu como exemplo as recentes negociações da fábrica Foxconn com Eike Batista. O empresário brasileiro está propondo sociedade com o presidente-executivo da Foxconn, Terry Gou, para iniciar a produção de telas para televisores. O empreendimento deve agregar outras sociedades, incluindo investimentos de 30% do negócio do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

A cogitação da implantação da segunda fábrica taiwanesa no Brasil, que já possui uma fábrica de mon-

tagem em Jundiaí (SP), passa por seis estados, porém não inclui o Amazonas. A disputa pelos R\$ 12 milhões para a sua instalação gira em torno de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas, Bahia, Pernambuco e Paraná.

Novos polos

O vice-presidente da Fieam, Nelson Azevedo, enfatizou que as retaliações à Zona Franca de Manaus sempre ocorreram, pois o Estado possui regime diferenciado de tributação, daí a importância de estar sempre buscando novas alternativas econômicas e industriais para assegurar empregos e renda. "O governador tem que estar à frente dos interesses da classe industrial que na realidade é um inte-

resse comum a toda a sociedade amazonense. Somos um Estado visado que levanta ciúmes do restante do país, porém estamos longe da rota viária daí a principal importância de sermos diferentes e com direitos resguardados em Constituição", aponta Nelson Azevedo.

Para o vice-presidente da Fieam, o desenvolvimento de outros polos deve iniciar imediatamente, incluindo o segmento naval que até o momento está sendo pouco articulado e colocado em prática. "Temos que ter a visão inovadora para este setor, pois este é o momento de desenvolvê-lo e transformá-lo na nossa principal alternativa logística para receber componentes e escoar os produtos fabricados no PIM", avalia Azevedo.

Crise internacional

Política econômica dos últimos anos protege Brasil, diz FMI

Como resultado da política econômica dos últimos anos, o Brasil é um dos países mais preparados para enfrentar o agravamento da crise internacional, disse hoje (1º) a diretora gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Christine Lagarde. Em entrevista à imprensa junto com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, ela declarou que o Brasil está protegido pelos fundamentos macroeconômicos.

“Nenhum país pode estar totalmente imune à crise, mas alguns estão mais bem preparados que outros. Na nossa visão [do FMI], o Brasil está mais protegido do que qualquer outro país por causa da força do mercado interno e de boas políticas financeiras e macroeconômicas”, destacou.

Para Lagarde, os três pilares que regem a política econômica brasileira desde o fim da década de 1990 – metas de inflação, câmbio flutuante e responsabilidade fiscal – garantem a robustez do país neste momento de turbulências econômicas internacionais. “O Brasil passou por um histórico de crises e reconstrução

e hoje tem um sistema financeiro capitalizado e uma economia sólida”, disse.

No encontro, foi discutida a situação econômica internacional e eventuais aportes que os países terão de fazer ao FMI para ampliar a capacidade de o Fundo ajudar países em dificuldade. O ministro da Fazenda ressaltou que esta foi a primeira vez que um dirigente do FMI vem ao Brasil pedir recursos, apesar de as negociações com os países emergentes se estenderem há meses.

“Desta vez, o FMI não veio trazer dinheiro, mas pedir dinheiro para o Brasil emprestar a países avançados. Prefiro ser credor a devedor”, destacou Mantega. Apesar de ter se comprometido a ajudar o FMI, o ministro defendeu que o aporte seja feito por meio de acordos diretos entre o Fundo e o país. Ele, no entanto, não especificou o montante que o Brasil pode emprestar.

Pela manhã, Lagarde encontrou-se com a presidenta Dilma Rousseff. Ela almoçou com Mantega e, no momento, está reunida com o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini.

Cookson

Indústria inaugura nova unidade no PIM

JULIANA GERALDO

Com setenta funcionários (sendo 40 diretos e 30 terceirizados) e investimento de US\$ 2.035.796, a componentista americana Cookson Electronics (fabricante de solda e pasta de solda para o setor eletrônico) inaugurou ontem nova fábrica adensando a cadeia de bens intermediários no Polo Industrial.

A ação vai contra o atual quadro do segmento de componentes no Estado que tem passado por dificuldades no confronto com os produtos vindos da China.

"A concorrência com os produtos chineses é claramente desleal e sempre vai afetar o polo de uma forma ou outra", admitiu o secretário interino da Seplan (Secretaria de Planejamento do Estado do

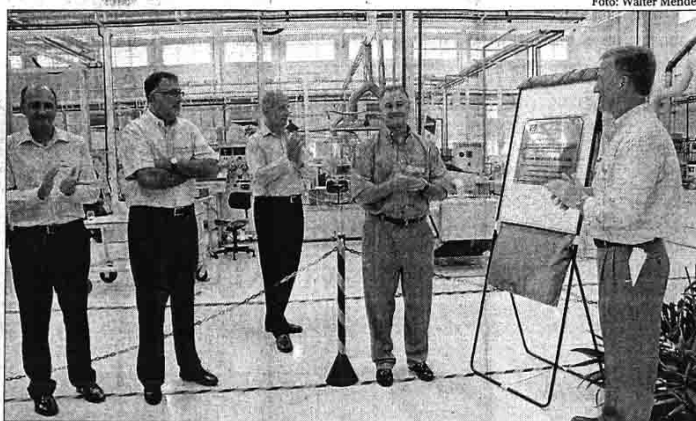


Foto: Walter Mendes

Empresa vai permitir o adensamento da cadeia de bens intermediários no polo amazonense

Amazonas) e representante do governo do Estado no evento, Roney Cesar Peixoto.

Ele explicou que o governo está fazendo os estudos

necessários para minimizar os efeitos no segmento, mas que por enquanto ainda não há soluções concretas.

"A área de componentes

está cada vez mais complicada. Os empresários do setor de duas rodas geralmente trazem os componentistas para fabricar aqui, mas o setor de ele-

trônico pode comprar em qualquer lugar", esclareceu o economista José Alberto Machado.

Ele explica que há falta de um PPB (Processo Produtivo Básico) para o setor de componentes que comprometa os fabricantes de bens finais a adquirirem insumos da ZFM.

"A contrapartida é que colocar um PPB para o segmento pode encarecer o preço do produto e fazer com que o fabricante perca competitividade com os bens finais. Esse é o medo

dos empresários e é essa questão que precisa ser resolvida", ponderou.

Diante desse quadro, o superintendente interino da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), Oldemar Ianck, destacou a importância da instalação de bens intermediários no polo eletrônico. "Empresas como essa fazem o que chamamos de integração da cadeia produtiva e demonstra confiança por parte dos empresários no PIM", finalizou.

Por dentro

Selo Verde

Para evitar um possível desaparecimento do segmento de componentes no PIM, o economista José Laredo propôs, no início de novembro, durante reunião técnica na ALEAM (Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas), a criação do 'Selo Verde PIM', mecanismo que visa adensar a cadeia produtiva do setor.

Caged

Micro e pequenas empresas puxam alta do emprego

As micros e pequenas empresas são responsáveis pelo aumento do número de postos de trabalho criados no país. A conclusão consta de análise feita pelo Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) com base nos dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) do Ministério do Trabalho e Emprego.

Em 2010, foram criados 2,136 milhões postos de trabalho e, desse total, somente os pequenos negócios foram

responsáveis pela criação de 1,6 milhão de empregos com carteira assinada. Neste ano, até o mês de outubro, a análise mostra que já foram criados 1,9 milhão empregos em todo país. Desses, 1,4 milhão foram criados pelas micro e pequenas empresas, o que corresponde a 80% do total de vagas abertas em 2011.

No Distrito Federal, os dados indicam a criação de 20.107 mil vagas, entre julho de 2010 e julho deste ano. Desse total, 7.064 foram da construção civil, 1.449 do

comércio e 10.996 de serviços, sendo que 93% do PIB (Produto Interno Bruto) do DF são constituídos pelos setores de serviço e comércio.

De acordo com o superintendente do Sebrae no DF, Antônio Valdir de Oliveira, os pequenos negócios formam a base do crescimento econômico, por necessitarem de mais mão de obra. Para ele, o advento da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e sua regulamentação nos estados possibili-

taram o aumento da oferta

Em 2010, foram criados 2,136 milhões postos de trabalho e os pequenos negócios foram responsáveis pela criação de 1,6 milhão de empregos

de emprego no país.

Em 1997, 70% da mão de obra no DF eram originários da própria unidade da Federação, mas uma recente pesquisa, feita em 2010, revelou que essa percentagem caiu para 56%. Segundo Oliveira, há uma migração de vagas do setor público para a iniciativa privada. E o Estado, pela estimativa do superintendente do Sebrae, deve deixar de ser o principal gerador de postos de trabalho no DF. "Após a Copa de 2014, o setor privado deve passar o setor públi-

co na criação de empregos", avaliou.

Pela análise do Sebrae, o aumento do número de postos de trabalho vai continuar ocorrendo na capital, por causa da renda privilegiada, do consumo dos brasilienses e de eventos como as Olimpíadas e a Copa do Mundo de 2014.

Em dez meses, o percentual de participação dos pequenos negócios na criação de empregos no Brasil aumentou de cerca de 66% para 81%.

AUMENTO DE CONSUMO

Amazonas não terá benefícios com os novos estímulos

Pacote de medidas anunciado ontem pelo Governo Federal não deve reduzir preço final dos produtos produzidos com incentivos na ZFM. **PÁGINA A3**

Estímulo ao crédito com efeito reduzido no AM

CINTHIA GUIMARÃES

AGÊNCIAS

cinthiaguimaraes@acritica.com.br

O governo federal anunciou ontem um pacote de medidas de estímulo ao crédito, a exemplo da redução ou isenção na cobrança tributos como o Imposto de Produtos Industrializados (IPI) para linha branca (fogão, geladeira, máquina de lavar, tanquinho) até março de 2012. No entanto, o consumidor do Amazonas, segundo empresários do setor e economistas, deve sentir pouca ou nenhuma redução no preço final desses produtos, uma vez que já chegam a Zona Franca de Manaus (ZFM) com alíquota zero do IPI. Diferente para o restante do país que poderá pagar até 15% mais barato nas compras no varejo.

A linha branca montada no Polo Industrial de Manaus (PIM) se refere apenas a condicionadores de ar e microondas feitos em indústrias como Whirlpool Eletrodomésticos, Hitachi Ar-condicionados, LG Eletrônicos e Eletrolux.

Todas as medidas foram publicadas ontem em edição extra do Diário Oficial e já passam a valer a partir desta quinta-feira.

O anúncio de ontem é semelhante ao que ocorreu em 2008, ano de impacto da crise econômica mundial, quando o governo decidiu baixar o IPI sobre essa mesma linha com objetivo de incentivar o consumo brasileiro e fazer a moeda circular.

Representantes de classe explicaram porque o consumidor amazonense deverá sentir menos o impacto econômico, como o presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Manaus CDLM), Ralph Assayag. "O que



As medidas já começaram a valer ontem, início da temporada natalina. Preços no varejo reduzirão cerca de 15%



Ralph Assayag, da CDLM



Antonio Silva, presidente da Fieam



José Fernando, consultor da Fecomércio

pode acontecer como foi em 2008. Como em outros estados vai ser mais barato algumas fábricas reduzem o preço dos bens para acompanhar o restante, quando podemos sentir uma leve diferença".

Na avaliação do consultor econômico da Federação do Comércio do Amazonas (Fecomércio/AM), José Fernando, indiretamente vamos ser beneficiados, uma vez que os preços foram reduzidos na fonte. "Temos um pequeno impacto positivo estendido a toda a nação".

Para o presidente da Federação das Indústrias do Amazonas (Fieam), Antonio Silva, as medidas do governo federal não afetam o PIM, mas, ele comemora outro feito. "Já os recursos anunciados, conforme divulgação na imprensa, pela Caixa Econômica Federal, na ordem de R\$ 5 bilhões, a serem disponibilizados em crédito para aquisição de eletroeletrônicos, entre outros produtos, certamente vão influenciar positivamente na produção e faturamento da Zona Franca".

'PECHINCHAR É PRECISO'

O consumidor deve pechinchar e exigir das lojas um desconto maior do que a redução de impostos estabelecida pelo governo, sugeriu o ministro da Fazenda, Guido Mantega. "Espero que chegue ao consumidor não só o que foi reduzido de impostos, mas que as lojas façam promoções vendendo além disso. O consumidor deve pechinchar e discutir com o varejista, dizendo: o governo está reduzindo 10 pontos percentuais no imposto da geladeira, eu quero mais do que isso".

Redução do IPI para linha branca

Produto	Quanto era	Quanto ficou
Fogão	4%	0%
Máquina de lavar	20%	10%
Geladeira	15%	5%
Tanquinho	10%	0%

Redução do IOF

Operação	Alíquota anterior	Alíquota atual
Crédito para pessoas físicas - crédito direto ao consumidor (CDC), crédito consignado, financiamento de automóveis e rotativo de cartão de crédito	3%	2,50%
Aplicações de estrangeiros no mercado de ações	2%	0%
Aplicações de investidores estrangeiros em debêntures de infraestrutura de longo prazo	6%	0%

Desoneração do PIS/Confins

	Alíquota 0% até dez/11	Alíquota 0% até dez/12
Pão	0%	0%
Massas	9,25%	0% até jun/12

Minha Casa, Minha Vida

Valor do imóvel para ingresso	Quanto era:	Quanto ficou:
Regime Especial de Tributação	R\$ 75 mil	R\$ 85 mil
	6%	1%

Fonte: Ministério da Fazenda

Prorrogado PIS e Cofins do pão

Outro estímulo nacional é a prorrogação do PIS e Cofins zero sobre o preço do pão até o final de 2012, cuja isenção terminaria no fim deste ano. O PIS e Cofins sobre massas (macarrão, por exemplo), está caindo de 9,25% para zero até junho de 2012.

O anúncio já era esperado pelos representantes do setor, como o presidente do Sindicato das Indústrias de Panifica-

ção e Confeitaria do Amazonas (Sindipam), Carlos Alberto de Azevedo. "Nos últimos três anos já tínhamos a isenção do PIS/Confins que representa 9,25% na aquisição da matéria-prima e no custo final do pão", explicou.

Em outubro as panificadoras reajustaram o quilo do pãozinho em 10%, que hoje é vendido a partir de R\$ 5 e chega a R\$ 10.

Estímulo ao crédito com efeito reduzido no AM (continuação)

Incentivos para habitação

Redução de tributos da construção civil deve estimular lançamentos do "Minha Casa, Minha Vida"

O governo anunciou também a redução de tributos cobrados da construção civil para projetos do Programa "Minha Casa, Minha Vida". Houve redução da alíquota de 6% do Regime Especial de Tributação da Construção Civil (RET) para 1%. As em-

presas pagam o RET sobre o faturamento como um tributo único que substitui o PIS, a Cofins, o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Foi ainda ampliada a faixa da habitação de interesse social de

R\$ 75 mil para R\$ 85 mil. Ou seja, para as casas que custam até R\$ 85 mil, a alíquota do RET passa a ser de 1%.

Para o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Amazonas (Sinduscon), Eduardo Lopes, a redução da

RET deve estimular novos lançamentos imobiliários para o programa habitacional. "Desoneração é uma luta constante do setor. E o governo poderia desonerar outras coisas. Em todo território foi difícil conseguir executar essas obras no valor que eles



Eduardo Lopes, do Sinduscon/AM

propuseram. Acredito que o aumento de valor do ingresso do imóvel deve ajudar".

IOF

Além disso, a alíquota do Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) para pessoas físicas está sendo reduzida de 3% para 2,5% ao ano. A redução do IOF, anunciada atinge, entre outras linhas de empréstimos, o crédito direto ao consumidor (CDC), o crédito consignado, os financiamentos de automóveis e rotativo do cartão de crédito e compras a prazo.

HORA DE TIRAR A MÁSCARA

■ O Governo Federal precisa acabar com a política de duas caras que dispensou ao Amazonas neste primeiro ano de gestão. É um desrespeito vir aqui jogar confetes nas nossas pretensões, mas ao voltar ao Planalto Central travar tudo o que havia combinado nesta planície amazônica. Neste sentido em boa hora o Governo do Estado faz dura cobrança a presidenta Dilma Rousseff destacando como é inadmissível a Superintendência da Zona Franca de Manaus ainda estar sem comando fixo após dois meses, em que pese a competência do interino que ora exerce a titularidade.

A Suframa, bem sabe a União, não é uma autarquia de sômos importância para a região. Seu comando não interessa apenas ao Amazonas, mas sim a toda Amazônia Ocidental. Seus projetos e programas acionam e movem a economia regional e ajudam a reduzir as desigualdades, que, é bom lembrar, muitos políticos tanto estimulam. Deixar o órgão no "sereno" por tanto tempo significa mais do que falta de comprometimento, significa descaso com suas ações tocadas em nossos rincões. Em outra parte da crítica foi lembrado também o caso do "Elefante Branco" chamado

Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), um instituto que seria a redenção e a verdadeira alternativa econômica à industrialização do modelo Zona Franca. O CBA naufragou pela incompetência de sucessivos governos e foi a demonstração cabal de como uma boa idéia foi levada a breca pela indecente desigualdade regional. Se este CBA fosse em São Paulo, em Minas Gerais, certamente ele estaria em pleno funcionamento após tantos anos. Na mesma balada poderíamos relacionar uma série de ações que dependem da União, mas que por uma razão ou outra ficam paradas e

compondo uma paisagem de estelionato político para com o Amazonas. A mais brilhante dessa constelação de obras de fãncaria é a recuperação da BR-319, a Manaus-Porto Velho. Se o Governo Federal não quer ou não tem soberania suficiente para realizar a obra, que venha à boca do pano e diga isso claramente a nós, amazonenses. Se não quer ou não pode nomear o indicado para a Suframa, que igualmente venha aqui e apresente suas razões. Não deve, por uma questão de respeito, aceitar a indicação e depois refugá-la expondo o nome do órgão e do próprio indicado a execração.

Omar faz cobranças a Dilma critica secretários 'ausentes'

Governador cobra nomeação do novo superintendente da Suframa e investimentos no Centro de Biotecnologia da Amazônia

OSMIR MEDEIROS

osmirmedeiros@acritica.com.br

O governador Omar Aziz aumentou a pressão sobre o governo da presidente Dilma Rousseff e sobre seu próprio secretário. Pediu ontem, na abertura do Fórum Nacional Conjunto dos Conselhos Nacionais de Secretários de Ciência e Tecnologia (Consect) e de Fundações de Amparo à Pesquisa (Confap), que o evento resultasse numa carta ao governo federal cobrando a nomeação imediata do novo superintendente da Zona Franca de Manaus (ZFM) e uma definição urgente para a situação do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA). O evento ocorreu no Stúdio 5.

Essas indefinições, ressaltou o governador Omar Aziz, são extremamente prejudiciais ao Amazonas e precisam ser resolvidas o quanto antes. Quanto à sua equipe, repetiu que não admite o descompromisso e a falta de responsabilidade no exercício da função pública, e que as portas de saída estão abertas para os insatisfeitos.

Vago há quase dois meses, após o pedido de exoneração da ex-superintendente Flávia Grosso, o cargo de superintendente da Suframa é tradicionalmente indicado pelo governador do Amazonas e deverá ser

Busca rápida

*

Censura à dirigentes 'encrenqueiros'

O governador Omar Aziz criticou a atitude de ministros, secretários e dirigentes de órgãos que não sabem trabalhar em equipe, não se relacionam com os colegas de governo e criam dificuldades. "Tem gente que prefere fazer documento para tratar de um assunto que poderia resolver em uma simples conversa", disse.

ocupado pelo atual secretário executivo da Fazenda estadual, Thomaz Nogueira, nome escolhido por Omar Aziz e aceito pela Presidência da República. O problema é quando a oficialização irá acontecer, porque a definição do nome não resultou em nomeação até hoje, deixando a autarquia sem comando.

Para Omar, a Suframa não pode ficar "acéfala" durante tanto tempo e justamente num período crítico como esse em que, além da instabilidade econômica mundial, o Congresso Nacional vota matérias vitais para o modelo ZFM, como a PEC (Proposta de Emenda Consti-



Governador Omar Aziz (ao centro) na abertura do Fórum Nacional sobre ciência e tecnologia e amparo à pesquisa

tucional) 98/2007, a chamada PEC da Música, que dá imunidade tributária à cadeia produtiva da música em todo o País e, na prática, e ameaça o fim do polo de CDs e DVDs.

Já o tratamento dado ao CBA foi usado como espelho do comportamento federal e mesmo do Brasil em relação ao Amazonas e à região. Criado há 10 anos e celebrado como o vetor de um novo ciclo

de desenvolvimento, baseado na pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para a exploração da diversidade biológica regional, o centro virou uma espécie de abstração do ponto de vista legal, pois nunca teve definida sua estrutura jurídica. Consequentemente, não tem sequer dotação orçamentária. "É preciso acabar com essa história de falar da

Amazônia e de decidir os destinos da região sem conhecer a realidade local, sem nunca ter botado os pés aqui. O CBA tem uma década e só funciona parcialmente porque o governo do Amazonas, através da Fundação de Amparo à Pesquisa, financia 35 projetos que vêm sendo tocados ali. Mas, a continuar assim, logo o centro fechará", criticou o governador.

Governador dá ultimato a assessores

A impaciência do governador Omar Aziz com membros de sua equipe é cada dia mais perceptível. Mesmo sem citar nomes, ele vem deixando claro que alguns de seus secretários estão aquém do esperado em termos de desempenho, distantes do contato com a população e fora do ritmo de trabalho dele. "Se eu acordo cedo, meus secretários têm que acordar cedo; se eu durmo tarde, meus secretários também têm que dormir tarde", disse o governador.

Omar voltou a dizer o que havia afirmado há dois dias: que ninguém de sua equipe foi obrigado a aceitar o cargo, mas que quem tem cargo no governo estadual tem que cumprir suas funções com empenho, eficiência e agilidade. E mais, tem que atender o povo, ouvir o que a população quer, arranjar soluções e não problemas.

MEDIDAS ADMINISTRATIVAS

Empresas enquadradas

Governador Omar Aziz diz que desenvolverá mecanismos para que elas invistam em P&D no AM

O Governador Omar Aziz afirmou que está estudando medidas para garantir que as empresas instaladas no Polo Industrial de Manaus (PIM) apliquem os recursos destinados à Pesquisa e Desenvolvimento no Amazonas. A declaração foi feita ontem na abertura do Fórum Nacional do Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I e do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, que acontece no Studio 5. "É necessário que essas empresas, que estão ganhando dinheiro aqui, destinem investimentos para a nossa realidade", disse Aziz, ao ressaltar que a tecnologia aplicada na produção de eletroeletrônicos no PIM é praticamente toda importada.

Ele disse que vai aguardar a nomeação do novo titular da Su-



Omar Aziz abriu ontem o fórum nacional que discute Ciência e Tecnologia

frama - Thomaz Nogueira, da Sefaz, aguarda por isso - para definir o mecanismo legal que será utilizado. Aziz sugeriu ainda que ao final do evento que se encerra hoje no Studio 5, os partici-

pantes redijam um documento a ser encaminhado à presidência da República cobrando uma definição jurídica ao Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA).

"Até hoje, os três ministérios

nunca se reuniram para definir o seu caráter jurídico, o que tem prejudicado o repasse de recursos financeiros inviabilizando a atividade a qual se propõe, que é a pesquisa", disse o governador ao revelar que o centro de pesquisa só está funcionando hoje porque tem um convênio com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas que garante o pagamento dos recursos humanos dos 35 projetos em andamento.

O governador disse que já falou do assunto semana passada com a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, e há dois dias com a ministra chefe da Casa Civil, Gleice Roffman, alertando-as de que o CBA vai acabar fechando. "Não se pode captar recurso, não se pode trazer investimento. Ou seja, não se pode fazer absolutamente nada

daquilo que todo mundo exige, mas ninguém quer fazer, que é a pesquisa e a inovação tecnológica para a Amazônia", reclamou.

O governador também disse que pediu uma definição sobre a nomeação de Thomaz Nogueira para a superintendência da Suframa. "A Suframa está acéfala. Há mais de um mês saiu o superintendente e até agora não nomearam um novo. Os recursos não estão sendo repassados e com isso não tem como pagar as pessoas que estão fazendo projetos lá dentro e aí tudo se perde e quando você perde tempo volta a estaca zero".

Segundo o governador Omar Aziz, o investimento na formação de pesquisadores é uma das prioridades de seu governo para área de C&T e a determinação tem sido para que as linhas de pesquisas sejam voltadas para projetos de geração de emprego e renda que levem em consideração a vocação econômica do Estado. "A determinação é investir naquilo que possa dar valor agregado na geração de emprego e renda para que a gente possa levar alternativas econômicas à população".

TERMINAL

ABS Cargo amplia sua logística na ZFM

A ABSA Cargo Airline, empresa de carga aérea de bandeira brasileira, expandiu o terminal de cargas domésticas que possui em Manaus, no condomínio *Distribution Park*, na Zona Norte. O investimento da companhia foi de US\$ 500 mil.

O terminal que tinha 1.200 metros quadrados passou a ter 3.700 metros quadrados e irá operar com eficiência tecnológica. Serão oito docas e toda a estrutura contará com plataformas hidráulicas e equipamentos de última geração para empilhadeiras e leitura óptica. O controle de armazenagem também será totalmente eletrônico, por meio de etiquetas com códigos de barras.

Atualmente, a companhia responde por cerca de 50% de todo volume de carga que chega e é exportado pelo Estado. O diretor executivo da ABSA, Pablo Navarrete, informou que por dia 150 toneladas de mercadorias deixam a cidade e a mesma quantidade é descarregada pela ABSA no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes. “Transportamos de São Paulo para Manaus itens perecíveis e componentes. E fazemos Manaus-São Paulo transportando bens finais produzidos no Polo Industrial de Manaus (PIM)”.

A expectativa da ABSA Cargo é operar cerca de 40 mil toneladas de carga no primeiro ano com a nova estrutura do terminal. O mercado nacional de carga aérea no trecho Manaus-Guarulhos-Manaus tem superado as expectativas dos executivos da empresa, passando de uma operação inicial de cinco vôos semanais para 14.

NA ZFM

Avanço chinês gera preocupação

Executivo da Panasonic cobra mobilização política

O presidente da Panasonic, Yukio Ashib, veio a Manaus e reivindicou maior influência política estadual em Brasília para resguardar os benefícios fiscais concedidos à Zona Franca de Manaus (ZFM). Yukio fez essa cobrança no último dia 30, na sede da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), deixando transparecer sua preocupação com o futuro das empresas de produtos eletroeletrônicos no Estado, principalmente por estarem perdendo a capacidade competitiva de produção de alguns componentes e produtos inteiros que, em partes, são con-

siderados bens de informática.

Yukio deu como exemplo as recentes negociações da fábrica Foxconn com Eike Batista. O empresário brasileiro está propondo sociedade com o presidente-executivo da Foxconn, Terry Gou, para iniciar a produção de telas para televisores. O empreendimento deve agregar outras sociedades, incluindo investimentos de 30% do negócio do BNDES.

A cogitação da implantação da segunda fábrica taiwanesa no Brasil passa por seis estados, porém não inclui o Amazonas. "A China está nos engolindo e é preciso que o governo, deputados e senadores



Yukio Ashib, da Panasonic, se reuniu com empresários locais na sede da Fieam

sejam mais influentes para não deixar que os chineses tomem o espaço das indústrias do PIM, pois se assim ocorrer vamos perder vantagens de produzir eletroeletrônico no Amazonas", diz Ashibe.

O vice-presidente da Fieam, Nelson Azevedo, enfatizou ainda que as retaliações à ZFM sempre ocorreram e lembrou que o governador (Omar Aziz)

tem que estar à frente dos interesses da classe industrial, pois na realidade é um interesse comum a toda a sociedade amazonense. "Somos um Estado visado que levanta ciúmes do restante do país, porém estamos longe da rota viária daí a principal importância de sermos diferentes e com direitos resguardados em Constituição", disse.

BIOTECNOLOGIA

Omar cobra esforço a favor do CBA

Governador sugere mais responsabilidade do governo federal em relação ao Centro de Biotecnologia da Amazônia. **Dia a dia C2**

Contexto

Manaus (PIM) invistam em pesquisa e desenvolvimento (P&D) no Amazonas. Pegando carona na declaração do governador, o deputado estadual Marco Antônio Chico Preto disse: "Os pesquisadores agradecem".

CRÍTICAS

Além disso, Omar criticou três ministérios: de Ciência e Tecnologia (MCT), do Meio Ambiente (MMA) e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic). Todos eles porque nunca trataram, com a devida importância, o Centro de Biotecnologia do Amazonas (CBA).

MENOS UM

Certamente, Adjuto não pediu o apoio do senador Alfredo Nascimento (PR), porque foi ele quem prometeu o tal balizamento, enquanto ministro dos Transportes, e nunca cumpriu.

P&D NO AMAZONAS

O governador Omar Aziz (PSD) quer garantir que as empresas do Polo Industrial de

APLAUSOS

Comissão de Ética



Para a Comissão de Ética Pública, que sugeriu à presidente Dilma Rousseff que demita o ministro Carlos Lupi.

VAIAS

Alfredo Nascimento



Para o senador Alfredo Nascimento, que teve constatadas irregularidades na campanha de 2006, mas deve se livrar da cassação.

Arena da Amazônia recebe fiscalização do governador

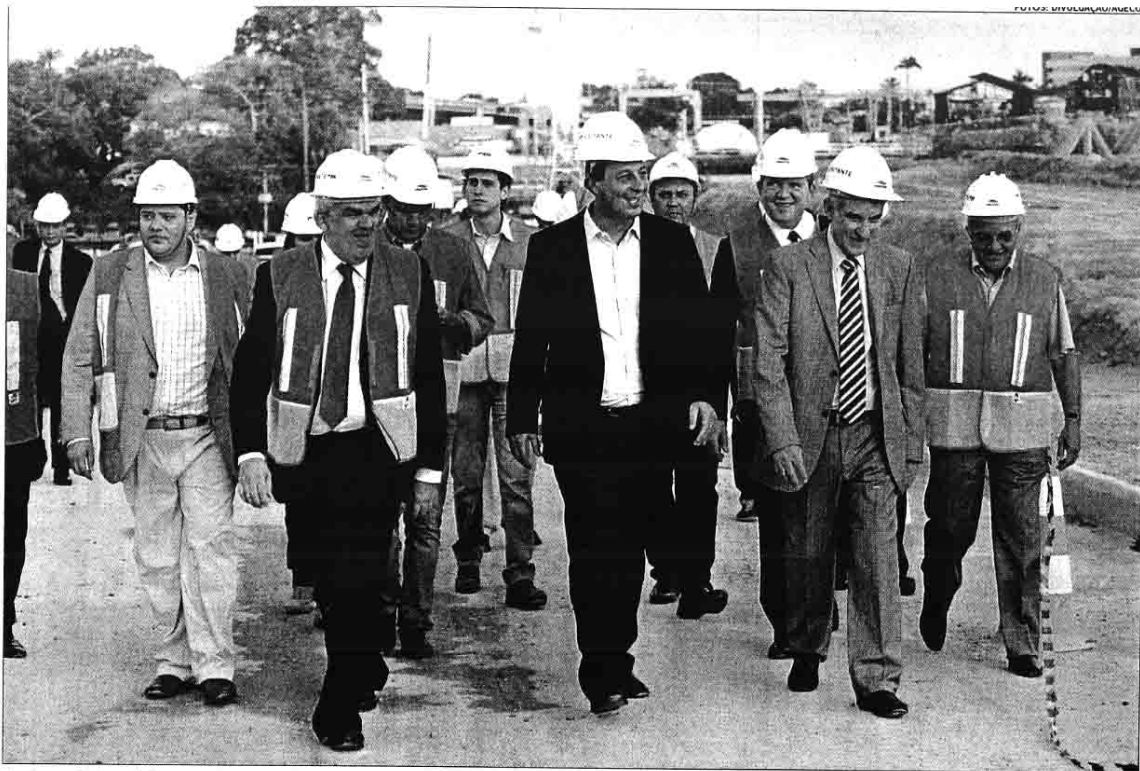
ADRIANO SILVA
Equipe EM TEMPO

As obras da Arena da Amazônia receberam, ontem, a visita do governador do Amazonas Omar Aziz, que acompanhado dos ministros do Tribunal de Contas da União (TCU), Valmir Campelo e Walton Rodrigues realizaram um acompanhamento dos trabalhos. Aziz afirmou não ter dúvidas sobre a conclusão das obras e a entrega do estádio para a Copa do Mundo em 2014.

As obras, que já estão 29% concluídas, causaram entusiasmos nos ministros. "Já temos 2.600 estacas prontas e colocadas, mas infelizmente ainda não dá para as pessoas perceberem isso quando passam lá fora. Daqui uns seis ou sete meses, já estaremos levantando algumas coisas e isso será percebido por todos", disse o governador.

Na comitiva, também estavam presentes o vice-governador José Melo, o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Júlio Pinheiro e o titular da Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer (Sejel), Júlio César.

O ministro Valmir Campelo, que é relator dos processos da Copa do Mundo de 2014 no TCU, disse que tem visitado obras em vários Estados, mas que ficou empolgado com o que viu em Manaus. "Fico entusiasmado com o trabalho que está sendo desempenhado, com o dinamismo da equipe, e com o esforço do governador. Esse legado não será somente a construção da arena, mas também a mobilidade urbana, tudo isso vai ficar para a população após os jogos", disse.



Na Arena da Amazônia, 29% das obras já estão concluídas. ministros do Tribunal de Contas da União ficaram empolgados com a execução dos trabalhos



Omar garante que em seis meses a obra terá um maior avanço

Investimentos na rodovia AM-070

De acordo com Campelo, em alguns Estados já houve greve de trabalhadores ligados às obras para Copa. "O caso aqui é diferente, pois vejo que os trabalhadores recebem uma alimentação decente, compatível com aquilo que é de direito",

declarou o ministro.

Durante a visita, o governador afirmou, também, que participou de reunião com técnicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para tratar de assuntos sobre a duplicação da rodovia

Manuel Urbano (AM-070) e que os recursos já estariam sido aprovados. A previsão de investimentos da obra, que vai desde a saída da estrada de acesso à ponte Rio Negro até o município de Manacapuru, é de R\$ 164 milhões.

BIOTECNOLOGIA

Futuro do CBA discutido em fórum

JOEL ROSA

MÔNICA FIGUEIREDO

Equipe EM TEMPO

Durante a abertura do Fórum Conjunto do Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (Consecti) e do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), na manhã de ontem (1º), o governador Omar Aziz sugeriu aos participantes que redijam um documento relatando a situação do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) e o façam chegar à presidente Dilma Rousseff na tentativa de que o governo federal tome uma decisão quanto ao CBA.

Segundo o governador, é preciso que os secretários busquem conversar com os ministros de Ciência e Tecnologia (C&T), Indústria e Comércio e Meio Ambiente e exigir que o governo federal se responsabilize pelo CBA. "A pior coisa que tem é a vaidade de alguns secretários e ministros. É impressionante como as pessoas são vaidosas nem se quer saem da cadeira de secretário para discutir algo de interesse comum," afirmou Aziz.



Omar Aziz ironizou a falta de empenho de alguns ministros em não colaborarem no caso

Relatório à presidente Dilma

A discussão em torno da administração do CBA não é de hoje, relembrou Aziz. "Ninguém toma uma decisão. Vão esperar fechar o CBA. O governo federal já foi comunicado por mim sobre essa situação. Atualmente, estão sendo desenvolvidos 35 projetos por convênio da Suframa e serão perdidos caso o centro feche", disse.

Aziz afirmou que ainda não teve retorno por parte do governo federal, por isso, a importância dos secretários elaborarem o documento à presidência. "Espero que os ministros possam ter um tempinho nesse vasto trabalho que eles estão fazendo pelo Brasil para discutir um negócio que não tem importância nenhuma para nós", ironizou.

Fórum

Com o tema central "A internacionalização da Ciência e Tecnologia brasileira" o fórum contou com a presença de todos os presidentes das Fundações de Amparo a Pesquisas (FAPs). Para o secretário de Estado de Ciência e Tecnologia, Odenildo Sena, o fórum é de extrema importância para a consolidação de parcerias.

Financiamento de móveis e eletros em até 24 vezes

**ANWAR ASSI
E AGÊNCIAS**
Equipe EM TEMPO

O consumidor amazonense vai ter mais uma opção para obter dinheiro extra na hora de comprar, por exemplo, a geladeira ou a casa própria neste final de ano. O Amazonas é um dos Estados onde a pessoa poderá solicitar linhas de créditos disponibilizadas pela Caixa Econômica Federal para aquisição de eletrodomésticos, móveis, eletroeletrônicos e outros bens de consumo, no valor total de R\$ 5 bilhões.

O montante foi destinado para todo o país, uma vez que a Caixa não fez divisão de valores para cada Estado. "As medidas anunciadas são um importante passo do governo federal no estímulo ao emprego e renda, cabendo à Caixa manter seu papel de parceira estratégica na concessão de crédito para o consumo das famílias brasileiras", afirmou o presidente da Caixa, Jorge Hereda.

De acordo com assessoria do banco, qualquer pessoa física poderá receber o empréstimo sem a necessidade de ter uma conta ou qualquer outro tipo de relacionamento comercial com a instituição bancária. A liberação do empréstimo é feita na hora da compra a partir da análise de crédito do cliente, que pode optar por pagar as prestações por carnês ou débito em conta.

A taxa de juros é prefixada na data da contratação do crédito, que pode ser em 4, 8 mil lojas credenciadas em todo o país, inclusive, no Amazonas. A Caixa não revelou quantos estabelecimentos comerciais estão aptos a liberar o crédito no Estado.

No caso do financiamento

de eletrodomésticos como fogões, geladeiras e lavadoras de roupa, o parcelamento pode ser feito em até 24 meses, por intermédio do Crediário Caixa Fácil. Já para quem quer reformar a casa, o empréstimo oferecido, por meio do Construcard, aceito em mais de 81 mil lojas em todo o país, pode ser pago em até 60 meses, incluindo até seis meses de carência.

O Crédito Direto ao Consumidor (CDC) está disponível em diversas modalidades, como o CDC automático, CDC Turismo, CDC Sênior e CDC Salário, linha de crédito que pode ser contratada pelos clientes da Caixa pelo Internet Banking,

ACESSO

Qualquer pessoa física poderá receber o empréstimo para a compra de bens sem a necessidade de ter uma conta, ou qualquer outro tipo de relacionamento comercial com a Caixa

terminais de auto atendimento ou nas próprias agências do banco. A Caixa disponibiliza ainda, o Crédito Auto Caixa, para financiamento de veículos em até 60 meses.

O presidente da Associação Comercial do Amazonas (ACA), Gaitano Antonaccio, afirmou que as ações do governo de reduzir os impostos e conceder créditos a juros baixos para estimular o consumo são corretas para movimentar a economia. Segundo ele, as medidas vêm em um momento oportuno, quando a crise internacional se aproxima cada vez mais do país.

'Pacotão' de estímulo ao consumo no país

O governo federal anunciou, ontem, uma série de medidas para estimular o consumo. A ideia é manter a atividade aquecida para garantir a produção da economia brasileira e os empregos frente à crise econômica externa.

Uma das medidas foi a redução da taxa do imposto sobre Operações Financeiras (IOF) cobrado no crédito para pessoa física, que cai de 3% para 2,5%. O governo

reduziu também o imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos eletrodomésticos da linha branca. O IPI do fogão caiu de 4% para 0%, da geladeira foi de 15% para 5% e o da máquina de lavar, de 20% para 10%. No caso de máquinas de lavar semiautomáticas (tanquinhos), a redução será de 10% para zero.

O governo baixou de 9,25% para zero as alíquotas de PIS/Cofins sobre massas até

o dia 30 de junho de 2012 e prorrogou até 31 janeiro de 2012 a desoneração desses tributos sobre trigo, farinha de trigo e pão comum.

Por outro lado, elevou de R\$ 75 mil para R\$ 85 mil, o valor do imóvel para classificação como popular, no âmbito do Programa "Minha Casa, Minha Vida". Também foi reduzida a alíquota do Regime Especial de Tributação (RET) da Construção Civil aplicável às incorporadoras

imobiliárias com projetos no programa habitacional, de 6% para 1%.

O governo ainda decretou a redução da alíquota do IOF de 2% para zero sobre os investimentos externos em ações, capital de risco e cancelamento de recibos de ações de empresas brasileiras negociadas no exterior como forma de incentivar a entrada de capital estrangeiro com perfil de investimento de longo prazo.



A taxa de juros é prefixada na data da contratação do crédito, que pode ser em 4,8 mil lojas em todo país

Incentivo à exportação brasileira

Também foi reduzida, de 6% para zero, a alíquota do IOF cobrada sobre aplicações de estrangeiros em títulos privados (debêntures) de longo prazo com duração acima de quatro anos. O governo regulamentou o Reintegra, que prevê a devolução de impostos no montante equivalente a até 3% das receitas de empresas exportadoras de bens industrializados. "Espero que chegue ao consumidor não só o que foi reduzido de impostos, mas que as lojas façam promoções", afirmou o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

ELETROELETRÔNICOS

Polo luta para se 'manter em pé'

GIOVANNA CONSENTINI

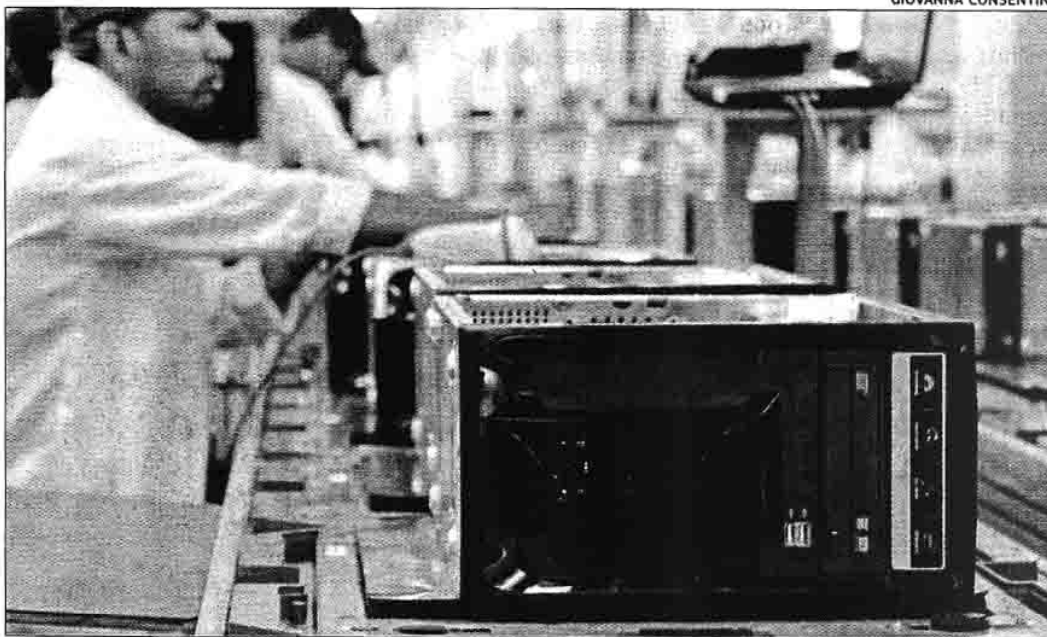
ANWAR ASSI

Equipe EM TEMPO

Depois dos polos de duas rodas e de cabos e fios, chegou a vez das empresas de eletroeletrônicos levantarem a voz para se somar às reclamações contra as importações de produtos chineses. Empresários do setor que participaram, na última quarta-feira, da última reunião de 2011 da Câmara da Indústria, cobraram ações protecionistas, incluindo o aumento das taxas de importação, por parte do governo para resguardar a indústria nacional frente a "invasão chinesa".

"A China está nos 'engolindo' e é preciso que o governo, deputados e senadores sejam mais influentes para não deixar que os chineses tomem o espaço das indústrias do PIM (Polo Industrial de Manaus), pois se assim ocorrer vamos perder vantagens de produzir eletroeletrônico no Amazonas", alertou o presidente da Panasonic, Yukio Ashibe.

As declarações do executivo refletem as preocupações do empresariado quanto ao futuro das empresas de produtos eletroeletrônicos no Estado, principalmente por estarem perdendo a capacidade competitiva de produção de alguns componentes e produtos inteiros que, em partes, são considerados bens de informática.



Empresários alertam para a perda de competitividade na produção de alguns componentes

Importados ameaçam indústria

O presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam) e do Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Estado do Amazonas (Sinaees-AM), Wilson Périco, destacou que não só a indústria local, mas também a nacional está ameaçada com a chegada dos produtos de outros países. "O governo tem condições de tomar medidas para encarecer os importados, aumentando a competitivi-

dade do produto nacional e preservando investimentos e empregos", salientou.

O vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Nelson Azevedo, defendeu que o governo busque alternativas econômicas e industriais para assegurar empregos e renda no Amazonas. Segundo ele, o segmento naval pode ser transformado na nossa principal alternativa logística para receber componentes

e escoar os produtos fabricados no PIM. "O governador tem que estar à frente dos interesses da classe industrial que na realidade é um interesse comum a toda a sociedade amazonense. Somos um Estado visado que levanta ciúmes do restante do país, porém estamos longe da rota viária daí a principal importância de sermos diferentes e com direitos resguardados em Constituição", afirmou Nelson Azevedo.

Aziz cobra nomeação de Thomaz para a Suframa

Governador do Amazonas disse que conversou com a ministra Ideli Salvatti para pedir a designação do superintendente

CAMILA CARVALHO
Equipe EM TEMPO

O governador do Estado, Omar Aziz (PSD), informou que conversou na última quarta-feira (30) com a ministra das Relações Institucionais do governo federal, Ideli Salvatti, para cobrar a nomeação do então secretário executivo da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), Thomaz Nogueira, para a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

"A Suframa está acéfala. Há mais de um mês saiu o superintendente e até agora não nomearam um novo. Os recursos não estão sendo repassados e com isso não tem como pagar as pessoas que estão fazendo projetos lá dentro e aí tudo se perde e quando você perde tempo, volta à estaca zero", criticou Aziz.

O secretário executivo foi indicado pelo governador do Estado e pelo senador Eduardo Braga (PMDB) durante a visita da presidente Dilma Rousseff (PT), na inauguração da Ponte sobre o rio Negro durante a comemoração do aniversário de Manaus, em 24 de outubro.

Segundo fontes do Executivo estadual, a indicação foi aceita pela presidente.

No início de novembro, a Secretaria-Geral da Presidência da República confirmou o nome de Thomaz Nogueira para o cargo e informou que o governo federal estava analisando minuciosamente o currículo do então secretário, para apresentá-lo à presidente.

Investigação

A análise é composta por uma investigação feita pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR). O resultado da investigação é avaliado pelo secretário-geral da Presidência da República, ministro Gilberto Carvalho, que encaminha um relatório para análise da presidente Dilma Rousseff. De posse dos dados, a presidente tem um período de até 30 dias para nomear o escolhido.

Na última semana, o líder do Governo do Estado na Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam), deputado Sinésio Campos (PT), também cobrou a nomeação do titular da superintendência.



Aziz disse que a Suframa está "acéfala" há mais de um mês



Thomaz Nogueira foi indicado à Dilma por Omar e Braga

Parlamentares derrubam apensamento

No último dia 30, a banca amazonense em Brasília conseguiu barrar o apensamento da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 103/2011) proposta pela pre-

sidente Dilma Rousseff (PT) que prevê a prorrogação da Zona Franca de Manaus (ZFM) por mais 50 anos.

O projeto do governo federal foi anexado à PEC

506/2010, proposta pelo ex-senador Arthur Virgílio Neto (PSDB), que previa a prorrogação da ZFM até 2029. Apesar de ter o mesmo propósito, os projetos conflitavam em

relação às datas.

Com a separação, a PEC encaminhada pela presidente da República passa a tramitar na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da casa.

Governo reduz IPI de eletrodomésticos para estimular o consumo

O Diário Oficial da União publicou ontem, a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de eletrodomésticos da chamada linha branca.

O IPI do fogão, por exemplo, cairá de 4% para zero. A geladeira terá o imposto reduzido de 15% para 5% e a máquina de lavar, de 20% para 10%. No caso de máquinas de lavar semiautomáticas (tanquinhos), a redução será de 10% para 0%. As medidas, de estímulo ao consumo, vão vigorar até 31 de março de 2012 e só valem para produtos com índice de eficiência energética A. A decisão não irá atingir diretamente a indústria e o comércio de Manaus, segundo dirigentes dos



Sandro Pereira

Medida visa estimular o consumo

setores. A cidade não fabrica os produtos que compõem a lista com as taxas menores. Além disso, os produtos vindos de outros Estados para o comércio local já entram isentos do imposto.

Estado planeja mecanismo que obrigue aporte em P&D no PIM

O governador Omar Aziz disse ontem que está estudando medidas para garantir que as empresas instaladas no Polo Industrial de Manaus (PIM) apliquem os recursos destinados à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no Amazonas. "É necessário que essas empresas que estão ganhando dinheiro aqui destinem esses investimentos para a nossa realidade", disse o governador, ao ressaltar que a tecnologia aplicada na produção de eletroeletrônicos no PIM é praticamente toda importada.



REIVINDICAÇÃO Reunião da Câmara da Indústria levanta receio de empresários da indústria

Na última reunião do ano da Câmara da Indústria, realizada na quarta-feira, na sede da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), o presidente da Panasonic, Yukio Ashibe, reivindicou maior influência política estadual em Brasília para resguardar benefícios fiscais do Polo Industrial de Manaus (PIM). O setor está receoso com o futuro das empresas de produtos eletroeletrônicos, que estão menos competitivas.

Dilma Rousseff decide manter ministro do Trabalho, Carlos Lupi, no cargo

A presidente Dilma Rousseff decidiu, ontem, manter o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, no cargo, apesar de a Comissão de Ética da Presidência recomendar a demissão dele diante de denúncias de irregularidades na pasta e contra ele. Dilma resolveu pedir à Comissão de Ética a documentação em que o órgão se baseou para recomendar a exoneração do ministro. A presidente se reuniu com Lupi ontem com a presença dos ministros Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral), Gleisi Hoffman (Casa Civil) e Ideli Salvatti (Relações Institucionais) para discutir o caso. Reportagem publicada hoje no jornal Folha de S.Paulo traz mais uma denúncia contra Lupi. Segundo o jornal, ele ocupou ilegalmente, por quase cinco anos, dois cargos de assessor parlamentar em órgãos públicos. Ao mesmo tempo, Lupi ocupou o cargo na Câmara dos Deputados, em Brasília, e na Câmara de vereadores do Rio de Janeiro.

CAPA

PEC da Música é ameaça a todo o país

Pag.3

♥ Proposta é o maior engano da classe política sulista

Invasão chinesa com PEC da Música

“O risco da PEC da Música não é somente para a indústria do Amazonas, mas a todo o Brasil. Por mais que venhamos a reduzir todos esses impostos, os chineses conseguiriam produtos ainda mais baratos”. A opinião é do governador Omar Aziz ao se expressar sobre a votação e aprovação em primeiro turno, na Câmara Federal. Omar disse que a PEC é um engano. Segundo ele, a ameaça é real e a própria presidente Dilma Rousseff já teria se mostrado contra a medida, podendo vetar a proposta, se aprovada na Câmara e no Senado.

Segundo um dos autores da proposta, deputado Otávio Leite (PSDB-RJ), os preços dos CDs e DVDs deverão ser reduzidos em 25%, assim que a isenção de impostos (ISS e ICMS) entrar em vigor. Os defensores da proposta estão certos de que a “PEC da Música” ajudará a combater a pirataria no Brasil.



Roberto Carlos é a favor

O projeto conta com apoio de todos os grandes artistas, tendo à frente nomes como Roberto Carlos, Ivete Sangalo, Cláudia Leite, Caetano Veloso e Gilberto Gil. Caso seja aprovada, a iniciativa pode fechar indústrias de CDs instaladas em Manaus e desempregar mais de 5 mil trabalhadores amazonenses.

O governador Omar Aziz disse que conversou com a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, explicando que todos os Estados perdem com a mudança no regime de impostos dos CDs. “Cada Estado recebe uma parte das vendas e todos perderiam”, afirma. É esse argumento que o governador tem esgrimido para tentar evitar que 342 deputados votem a favor da PEC, os necessários dois terços da Câmara Federal.

Grande desemprego



Atualmente, de acordo com Leite, existem sete empresas, das quais três são multinacionais, que confeccionam CDs e DVDs no Brasil. A bancada da Amazonas foi contra a “PEC da Música” por temer que a isenção tributária ocasionasse prejuízos às empresas de CDs e DVDs instaladas na Zona Franca

de Manaus, gerando desemprego na região. Documento dos defensores da PEC afirma ainda que a compra e o consumo de músicas por telefone deverão ficar cerca de 30% mais barato.

A proposta aprovada altera o artigo 150 da Constituição, que veda a União, Estado e municípios de ins-

tituir impostos sobre outros itens, como livros, jornais, templos de qualquer culto e patrimônio. O segundo turno de votação da “PEC da Música” na Câmara deverá ocorrer antes do recesso parlamentar, que começa no dia 22 de dezembro. A emenda terá ainda de ser votada no Senado.

Invasão chinesa com PEC da Música (continuação)

Trabalhadores mobilizados

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos em Manaus, Valdemir Santana, enviou, nesta segunda-feira (28), uma carta ao presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS), e ao presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Artur Henrique, alertando para os efeitos negativos que a concessão da imunidade tributária a CDs e DVDs

com produção musical brasileira causarão a mais de sete mil trabalhadores empregados no Polo Industrial de Manaus (PIM). "Pedimos a eles que viessem a Manaus para realizar uma audiência e debater o assunto. A PEC não vai resolver o problema da pirataria. Se resolvesse, mandaria essa mágica para o resto do mundo", ironizou Valdemir Santana.

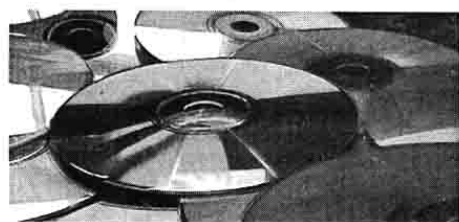
Lobby poderoso



Todos os Estados Brasileiros que vendem CDs e DVDs, vão perder recurso. A Receita Federal é contra. É uma questão de Governo. É a indústria nacional que está em perigo! Estão achando que vão deixar de produzir aqui, para produzir em outros Estados. Não

é verdade. Existe um lobby muito grande de nomes nacionais - Cláudia Leite, Ivete Sangalo, Roberto Carlos ligando para os deputados e os cantores sertanejos fazendo a mesma coisa. E também a Indústria Gospel, que é fortíssima, hoje.

Entenda a tal PEC



A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) concede imunidade tributária a CDs e DVDs com obras musicais de autores brasileiros, conhecida como PEC da Música. Desta vez, o projeto do deputado Otavio Leite (PSDB-RJ) foi aprovado na Câmara por 395 votos favoráveis, 21 contrários e 4 abstenções, na noite desta terça-feira. A medida, segundo a bancada do Amazonas, ameaça milhares de empregos da indústria fonográfica instalada no Polo Industrial de Manaus (PIM).

O projeto prevê a queda de pelo menos 25 % nos preços dos CDs e DVDs produzidos no Brasil. O risco à Zona Franca estaria escondido na autorização para o benefício tributário em todo o País, o que poderia causar a perda de competitividade da indústria amazonense, que precisa ser lucrativa o suficiente para vencer a distância em relação ao Sudeste e os problemas de infraestrutura, que dificultam e encarecem o escoamento da produção do Estado.

Polo de Duas Rodas

Empresários do polo de Duas Rodas se reuniram, nesta terça-feira (29), com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, José Pimentel, em Brasília. Eles querem um aumento no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de peças e motocicletas importadas, para que a Zona Franca de Manaus (ZFM) não perca competitividade. O IPI, imposto sobre produtos industrializados, é de 15% sobre motocicletas, bicicletas e ciclomotores que entram no país, mas os empresários da Zona Franca estão insatisfeitos. Eles querem barrar a importação de ciclomotores, vinda da Ásia, que chegam ao Brasil a pre-

ço menor do que o praticado no mercado brasileiro.

Outra medida apontada por eles é a elevação da alíquota do Imposto de Importação (II); estabelecimento de valores FOB mínimos de acordo com a categoria de cilindrada da motocicleta; e atualização do Código de Trânsito definindo, com clareza, as características do ciclomotor que permita diferenciá-lo de uma motocicleta de 50 cilindradas (CC). Para a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), a baixa tributação faz com que os produtos importados em peças ou completos sejam vendidos a preços menores que os fabricados em Manaus.